



# Do “corpo falado” à “fala corporificada”: a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada

## *From “Spoken Body” to “Embodied Speech”: The Understanding of Convergences of Power Structures to Rethink Applied Linguistics*

Juliana Harumi Chinatti Yamanaka\*

\*Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília, Distrito Federal / Brasil

[julianalapsis@gmail.com](mailto:julianalapsis@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0001-5783-5939>

**RESUMO:** A Linguística Aplicada tem sido informada por uma perspectiva moderna que remove o corpo de suas preocupações linguísticas. Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre linguagem e corpo. Para tanto, inicialmente, reflete sobre o lugar do corpo no campo geral dos Estudos da Linguagem. Em seguida, apresenta discussão sobre os processos de semiotização em torno de dois corpos específicos: o corpo-negro e o corpo-mulher. Por fim, introduz a perspectiva interseccional como alternativa investigativa que amplia a problematização do elo existente entre corpo e linguagem. A discussão aponta para a importância do exercício da metacrítica como estratégia para lidar com práticas sofisticadas de apagamento dos corpos que ocultam dinâmicas de poder, bem como as desvantagens que se instituem por meio da linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** corpo; linguagem; interseccionalidade.

**ABSTRACT:** The Applied Linguistics has been informed by a modern perspective that removes the body from its linguistic concerns. Therefore, this work aims to discuss the relationship between language and body. For this, initially, it reflects about the place of the body in the general field of Language Studies. Next, it presents a discussion about the processes of semiotization around two specific bodies: the black-body and the woman-body. Finally, it presents the intersectional perspective as an investigative alternative that extends the problematization of the link between body and language. The discussion points to the importance of the exercise of metacritic as a strategy to deal with sophisticated practices of erasing bodies that hide power dynamics, as well as the disadvantages that are established through language.

**KEYWORDS:** body; language; intersectionality.

## 1 Introdução

O campo dos Estudos da Linguagem, em especial o da Linguística Aplicada, foi/tem sido informado por uma perspectiva moderna para a qual a atividade científica consiste em observação e descrição linguística da capacidade de produzir/compreender os diversos textos mobilizados socialmente, sejam eles sinalizados, falados, escritos ou imagéticos. Para esse “*modus* tradicional”<sup>1</sup> de se fazer ciência que, conforme Donna Haraway<sup>2</sup> (1995, p. 18), possui “o poder de ver sem ser visto, de representar, escapando à representação”, deve-se evitar que a análise da linguagem seja maculada por juízos de valores que enviesam a integridade do caráter científico, perspectiva que, conforme Joana Plaza Pinto (2005, p. 3), fez com que “os processos de significação do corpo ficassem afastados das discussões sobre os processos de significação da linguística”.

Apesar de estarmos no mundo em função de um corpo, a corporeidade dos sujeitos da linguagem tem tido seu valor reduzido nas investigações sobre práticas sociointeracionais no âmbito da Linguística Aplicada que:

Investiga o uso da linguagem de modo descontextualizado e descorporificado. Mesmo quando contextualiza o uso da linguagem, o faz com o fim de oferecer um regime de verdade alternativo. Mesmo quando explora o planejamento linguístico, evita a questão da ideologia linguística. Mesmo quando trata da questão referente à linguagem e à sociedade, não focaliza as questões relativas à desigualdade social e poder. (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 139)

Confiou-se que seria possível desenvolver uma produção científica não orientada ideologicamente, pretensamente neutra e despojada das crenças que constituíam os analistas da linguagem (RAJAGOPALAN,

---

<sup>1</sup> Por “tradicional” entenda-se o projeto científico moderno sedimentado numa lógica mente-espírito construída a partir da experiência tomada como universal, mas, na verdade, muito especificamente situada do homem-branco-burguês-cristão-heterossexual-cisgênero.

<sup>2</sup> Como o objetivo de identificar que por trás de um sobrenome há uma mulher, optou-se por dar visibilidade às produções e às respectivas pesquisadoras que fundamentaram este trabalho por meio da apresentação por extenso de seus nomes na primeira vez que aparecem ao longo do texto. Para isso, foi necessário reinterpretar as regras de normalização técnica que sub-representam a produção de mulheres pesquisadoras.

2006). O problema é que essa forma androcêntrica<sup>3</sup> de se fazer ciência, entendida aqui não pelo viés da descoberta, mas enquanto produto de uma elaboração sociocultural sobre o qual se aplicam intencionalmente esforços, recursos e investimentos, acabou por negligenciar processos históricos de modo a “preservar as macroestruturas da dominação linguística e cultural” (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 139).

Por sua vez, outro movimento investigativo tem ousado cada vez mais transpassar as fronteiras de campos de saberes para entabular diálogos que possibilitem a edificação de novas bases teórico-metodológica-analíticas, a fim de propor estratégias de produção do conhecimento que buscam revisitar certas concepções científicas de base individualista. Para esse movimento indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), é inadiável que se passe a considerar mais atentamente como as dinâmicas de poder podem tensionar as práticas concretas de realização da fala-em-interação situadas em contextos específicos, as quais informam não somente os sentidos negociados, bem como os enquadres interacionais estabelecidos pelos sujeitos no cotidiano, como também podem subsidiar o panorama de estudo e desenvolvimento de línguas no país. De maneira alguma uma investigação que considere também marcadores sociais da diferença implica tomar ingenuamente como dado aprioristicamente os fatos ou fenômenos sociais de modo a constranger a análise do comportamento linguístico por meio de uma noção idealista que pressuporia modelos estáticos de interação. Pelo contrário, assumo aqui o poder de agência humana, que desloca a noção de poder social centrado e coeso por uma constelação dispersa e desigual de poder, conforme propõe Joan Scott (1995). Nesse modelo de campos de forças, há possibilidade para que os falantes resistam, contestem e ressignifiquem as narrativas que se esforcem por instituir noções definitivas sobre os corpos e suas práticas sociointeracionais. Sobre isso, vale destacar as palavras de Pinto e Amaral (2016, p. 154):

Primeiro, os corpos falantes, tratados como indivíduos ou como grupo, são sempre corpos em trânsito no tempo e no espaço, e nesse sentido os processos interacionais são dependentes das configurações históricas e ao mesmo tempo contingentes das interações linguísticas. Segundo, os

---

<sup>3</sup> Perspectiva que toma o homem e a perspectiva masculina como paradigmáticos nos estudos, análises e produções de narrativas sobre a experiência humana, ignorando outras formas de existência.

textos produzidos por tais corpos transitam fora do controle intencional do falante (DERRIDA, 1990), por sua vez entre diferentes corpos, seguindo trajetórias que podem projetar sentidos passados e futuros contraditórios e conflitantes. Terceiro, as mobilidades de corpos e textos se sobrepõem em intersecções tanto sedimentadas quanto imprevisíveis, incidindo sobre a (re)configuração de sentidos para os corpos e para os textos.

Somente a partir de uma orientação crítica e compromissada, com o conjunto da sociedade, a qual não permita negligenciar as assimetrias que situam a experiência humana, será possível alargar a compreensão sobre os processos sociointeracionais mediados pelas línguas para, dessa forma, propor provisórios direcionamentos às teorias da linguagem, às práticas pedagógicas ou às políticas linguísticas que se pretendam socialmente mais justas. Para isso, urge politizar o cotidiano e situar os contextos sociodiscursivos de interação a partir das relações de forças constitutivas da vida social (FABRÍCIO, 2017; MOITA LOPES, 2006, 2011; PINTO; AMARAL, 2016), as quais frequentemente encontram no corpo o significante para inscrição de variados sentidos. O título deste artigo – *Do “corpo falado” à “fala corporificada”* – indica exatamente esse movimento que busca repensar a articulação entre os processos de semiotização em torno do corpo e os lugares sociais projetados aos sujeitos linguageiros.

Em vista disso, o compromisso da área passa por reinterpretar e reescrever as concepções que giram em torno da língua, do usuário da linguagem e dos contextos de interação, o que inclui questionar a noção de indivíduo moderno e universal enquanto ser irrestritamente autoconsciente, constituído num vácuo social (MOITA LOPES, 2006). Assim, com o fim de pensar as conexões entre o binômio corpo-linguagem, proponho reconsiderar o lugar do corpo, reiteradamente biologizado e naturalizado, para reposicioná-lo como objeto semiótico em disputa cujas múltiplas narrativas perpassam não somente o senso comum, como também o científico. Para isso, a abordagem interseccional se projeta enquanto alternativa que visa a pensar os processos de produção e reprodução das desigualdades nas dinâmicas de interação entre raça,<sup>4</sup> gênero, sexualidade,

---

<sup>4</sup> Apesar de o termo raça não se sustentar desde um ponto de vista biológico, quando se trata de abordar as diferenças humanas, o uso desse conceito ainda é útil para uma perspectiva sociológica, uma vez que os seres humanos classificam e organizam o mundo

classe, origem e outros marcadores sociais da diferença que conformam as experiências dos distintos sujeitos, inscritos em corpos concretos.

De modo análogo às frutas, os seres humanos também manifestam diferenças<sup>5</sup> nas formas corporais, tamanhos, texturas, cores. No que concerne ao primeiro grupo, é possível dizer que uma pera é “naturalmente” melhor que uma maçã? Qualquer pessoa razoável diria que essa afirmação não pode ser medida ou validada pela ordem natural, mas apenas cultural, o que sinaliza para o fato de que, diferentemente do reino dos vegetais, os seres humanos descrevem, classificam, caracterizam, qualificam e organizam a vida a partir de valores atribuídos a cada elemento identificado no mundo. O que poderia ser compreendido como diversidade nos modos de existir passa a estar correlacionado a experiências específicas, ligadas a discursos, relações de força e sistemas de subordinação, responsáveis pela produção da desigualdade. Desse modo, as categorias de classificação passam a estar relacionadas aos posicionamentos sociais dos sujeitos. Reconhecer a multiplicidade de diferenciações sociais (bem como as desigualdades articuladas), que com frequência guardam no corpo o lócus de experiências específicas, múltiplos discursos e disputas políticas, torna-se ferramenta para confrontar os epistemicídios que suprimiram produções do saber deslocadas do paradigma monocultural moderno (TAVARES, 2009).

Diante disso, sem a pretensão de esgotar o tema, neste artigo pretendo realizar três movimentos: 1) refletir sobre o lugar do corpo no campo dos Estudos da Linguagem; 2) analisar processos de semiotização em torno do corpo; e 3) apresentar a Perspectiva Interseccional como alternativa investigativa que problematiza o elo existente entre corpo e linguagem. Esses objetivos se manifestam a partir das seguintes inquietações: quais têm sido os lugares do corpo nas tradicionais concepções de linguagem? Como se dá a relação entre corpo e linguagem numa perspectiva contemporânea? Como o corpo tem sido “falado”, ou seja, semiotizado no caso do corpo-negro e do corpo-mulher? Como complexificar a relação entre linguagem e corpo

---

enquanto pertencentes a raças. Nesse sentido, o conceito de raça é compreendido como uma construção social e, enquanto símbolos e narrativas associados a determinados grupos ainda pode ser uma categoria útil de análise científica dentro das Ciências Sociais (GUIMARÃES, 2003).

<sup>5</sup> Identificar se a diferença resulta em desigualdade, hierarquia, subordinação ou em horizontalidade; diversidade e inclusão é uma questão contingente (BRAH, 2006).

de modo a ampliar o olhar sobre a realidade discursivizada e corporificada? Quais são as implicações de uma compreensão interseccional da vida para a produção científica no campo da linguagem?

Para explorar tais questões, a primeira seção foi destinada à apresentação sobre o lugar do corpo nos Estudos da Linguagem, nela auxiliaram na discussão Bakhtin (1981) e Marcondes (2009). Na seção seguinte, que trata sobre o processo de semiotização do corpo, foram utilizados autores como Brah (2006), Fernandes e Souza (2016), Nogueira (1999, 2011), Sales Júnior (2006), Scott (1995), Severo (2015) e Swain (2008). Por fim, ampliou-se a o diálogo com a Perspectiva Interseccional, a partir de Crenshaw (1991), Haraway (1995), Pinto (2005, 2007, 2009, 2014, 2015), Piscitelli (2008) e Sardenberg (2015).

## 2 O lugar do corpo nos Estudos da Linguagem

Para compreender a relevância do corpo no âmbito dos Estudos da Linguagem, é preciso retirá-lo do campo exclusivo dos estudos médicos, que correntemente o analisam e o descrevem a partir de perspectivas fisiológicas ou patológicas, interpelando, para isso, os pressupostos que subjazem à noção de linguagem de modo a redescrever o nexo entre língua e existência, conforme sugere Branca Falabella Fabrício (2017). Se a “compreensão de uma dada realidade tem relação com a concepção que se tem da linguagem” (BEZERRA; LUNA, 2016, p. 34), somente revendo aquela conexão perdida será possível discutir a relação entre o sujeito corporificado e o mundo. Apesar de essa tarefa apontar para as intersecções entre a Historiografia da Linguística com a Filosofia da Linguagem (BAKHTIN, 1981; MARCONDES, 2009), ou seja, sobre os metadiscursos especializados, não é o objetivo deste trabalho se deter largamente sobre todas as concepções que tiveram lugar no ocidente, mas apenas esclarecer suficientemente os rumos pelos quais o diálogo sobre corpo e linguagem tangenciará, a partir das seguintes perguntas: Quais têm sido os lugares do corpo nas tradicionais concepções de linguagem? Como se dá a relação entre corpo e linguagem numa perspectiva contemporânea?

Segundo Ingedore Villaça Koch (2003), de modo geral, os paradigmas em torno da linguagem podem ser classificados em três grupos: a) o **representacionista** – no qual a linguagem seria consequente da atividade mental humana ou expressão do conteúdo psíquico, tendo os signos

linguísticos a função de apontar para as coisas do mundo (BEZERRA; LUNA, 2016); b) o **instrumental** – para o qual a linguagem se prestaria a comunicar códigos de um emissor a um receptor, entendendo-a como instrumento de mera troca de informação, destinado a relatar algo preexistente no mundo; e c) o da **prática discursiva performativa** – o qual concebe a linguagem como atividade de ação que possui força constituidora dos sentidos da própria experiência humana, sendo também lugar de interação dos sujeitos sob determinadas condições (AUSTIN, 1990).

Os modos pelos quais se “isola e delimita a linguagem como objeto de estudo específico” acarreta consequentes maneiras específicas de se compreender e orientar as demais questões linguísticas (BAKHTIN, 1981, p. 51). Sobre isso, tanto a compreensão representacionista (conhecida também como subjetivismo idealista<sup>6</sup>) quanto a instrumental (chamada de objetivismo abstrato<sup>7</sup>) concebiam a linguagem como algo desconectado do corpo físico do sujeito pensante. Na tradição subjetivista idealista, a linguagem é consequente de uma consciência autônoma de um **indivíduo psicológico** (KOCH, 2003), para a qual o ego se sobrepõe ao corpo. Os estudos, bem como as práticas de ensino e de aprendizagem, apoiados nessa perspectiva, que vai desde o período colonial até o início do século XX, conceberam o insucesso na aprendizagem de línguas como reflexo de uma cognição deficitária (BEZERRA; LUNA, 2016).

Já na concepção objetivista abstrata, a linguagem somente pode ser mensurada a partir dos fatores internos de sua própria estrutura, a qual se atribui a totalidade comunicativa aos elementos linguísticos disponíveis (BEZERRA; LUNA, 2016). Dessa maneira, o elo entre língua e existência é especialmente cindido por Saussure quando, ao priorizar a língua (fenômeno

---

<sup>6</sup> Ao subjetivismo idealista, subjaz a teoria da expressão. Para Bakhtin (1981, p. 51), “a teoria da expressão supõe inevitavelmente um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) procede do interior para o exterior. Suas fontes são interiores. Não é por acaso que a teoria do subjetivismo individualista, como todas as teorias da expressão, só se pôde desenvolver sobre um terreno idealista e espiritualista”.

<sup>7</sup> Para Bakhtin (1981, p. 80), “a língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos enquanto fatos vivos e em evolução”.

tido como social, sistemático, abstrato, homogêneo e duradouro) no processo de afirmação científica da nova área, opta por 1) desassociar a Linguística do mundo, bem como 2) descartar a fala (fenômeno tido como individual, assistemático, concreto, heterogêneo e momentâneo) e, juntamente com ela, o corpo-que-fala. O modelo pedagógico fundamentado nessa concepção centrou-se sobre o estudo da norma e da estrutura gramatical, o que levou a uma produção extensa de críticas a partir dos anos 1980, diante dos baixos rendimentos escolares no âmbito do letramento (BEZERRA; LUNA, 2016).

Tanto numa concepção que compreende a linguagem como expressão do pensamento quanto numa de natureza estruturalista, a maneira de pensar e produzir ciência se assenta sobre as bases da modernidade,<sup>8</sup> na qual o pensamento objetivo ignora o corpo-que-fala, ao fixar dicotomia entre mente/corpo e eleger o primeiro termo como prioridade de seus estudos. Por ignorar a relação entre linguagem-corpo-diferença, essas concepções acabam por situar os “problemas” linguísticos no indivíduo, impedindo o questionamento da articulação daquela tríade com possíveis desdobramentos como, por exemplo, especificidades dos processos de aprendizagem da língua oficial de um país ou de uma língua estrangeira em contextos neocoloniais por 1) mulheres, 2) pessoas não-brancas, 3) pessoas em situação de refúgio, 4) pessoas com acesso limitado a recursos específicos ou 5) pessoas surdas.

Por sua vez, o século XX abre espaço para a crítica a uma tradição mentalista com a chamada Virada Pragmática (MARCONDES, 2009), a qual promoveu uma reorientação da concepção sobre a natureza da linguagem, passando a ser entendida como atividade social constituída na relação entre os sujeitos. A teoria dos atos de fala, de John Langshaw Austin, teve destaque especial nesse momento com a publicação da obra *How to do things with words*, em 1962. A noção de performatividade é introduzida por Austin (1990) ao afirmar o poder de ação e criação das palavras a partir de condições específicas, bem como posições ocupadas pelos sujeitos. A partir desse movimento filosófico e linguístico, o corpo será reintegrado às discussões científicas de modo a possibilitar conexões entre língua e existência, bem

---

<sup>8</sup> Outros pilares epistemológicos influentes na perspectiva modernista de ciência são: o princípio da determinação causal, o naturalismo, essencialismo, racionalismo, pensamento dicotômico, transcendentalismo, a ordem universal e a predominância da quantificação e da redução da complexidade do mundo (BANCHS, 2011).



como sua articulação com as noções de marcadores sociais da diferença, disputa de sentidos, poder e representação, questões que serão abordadas na próxima seção.

### 3 O “corpo falado”

Segundo Moita Lopes (1996), a compreensão sobre a ação humana linguística, nos contextos de ação e interação dos sujeitos situados sócio-historicamente, perpassa duas noções importantes: alteridade e contexto. A primeira noção diz respeito ao nosso interlocutor interacional que “em última análise, nos faz ser quem, como e por que somos através do envolvimento no discurso” (MOITA LOPES, 1996, p. 6). Já a segunda se refere à forma como os sujeitos da linguagem criam sentidos a cada momento nesse processo relacional. Sendo a conversa socialmente organizada, conforme Goffman (1998, p. 11), “é quase impossível citar uma variável social que quando surge não produz um efeito sistemático sobre o comportamento linguístico: idade, sexo, classe, casta, país de origem, geração, região, escolaridade”, o que para Moita Lopes (1996) significa afirmar que os modos de se compreender os contextos de interação são cultural, institucional e historicamente informados por conhecimentos e valores partilhados socialmente, a partir dos quais podem-se forjar enquadres interacionais ou contextos mentais pautados nas relações de poder existentes, o que, no limite, pode implicar quem pode falar, como e o quê. Em outras palavras, o autor sugere que o significado é produto da relação entre os interlocutores a partir da ligação desses sujeitos com a dimensão social mais ampla, na qual se produz e reproduz um sistema imaginário de relação entre os seres.

O conceito de *habitus*, explicado por Hanks (2008), também amplia essa discussão e se contrapõe à noção de que a forma como se realiza a interação social é resultado mental de uma intenção livre dos sujeitos languageiros. Para esse autor:

1. Em uma dada conjuntura histórica existem hábitos mentais subjacentes que guiam a produção cultural em diferentes esferas.
2. Estes hábitos são introjetados por meio da educação.
3. Eles servem para guiar o modo de agir dos atores como para guiar o modo como eles avaliam os atos.
4. Eles realizam-se no curso das atividades. (HANKS, 2008, p. 194)

Diante disso, surge a seguinte pergunta: é possível produzir conhecimento linguístico ignorando os traços da colonialidade, do racismo, do patriarcalismo e de outros sistemas de subordinação da vida que se reproduzem no contexto social brasileiro? Assumindo que a resposta a esse questionamento seja não, ainda resta refletir sobre: Como o corpo tem sido “falado”, ou seja, frequentemente semiotizado nas experiências sociais compartilhadas neste contexto neocolonial?

De acordo com Isildinha Baptista Nogueira (1999), o estudo sobre o corpo exige pensá-lo enquanto signo, ou seja, como um sinal sobre o qual se reproduz estrutura social que atribui sentidos específicos, a depender do sistema cultural em jogo. Esse modo de compreender o corpo está alinhado a uma concepção de **prática discursiva performativa**, a qual concebe a linguagem como atividade de ação que possui força constituidora dos sentidos da própria experiência humana, sendo também lugar de interação dos sujeitos sob determinadas condições (AUSTIN, 1990). Para essa perspectiva, a formação dos sentidos por meio dos signos não é arbitrária, mas governada pelas disputas de poder que se instituem e se reproduzem na arena linguística, operando na regulação da legibilidade e interpretação de cada signo. Nesse sentido, conforme Pinto (2005, p. 11), “o corpo deve ser pensado, primeiramente, em termos de regras regulatórias do corpo”. Sendo a percepção sobre o corpo-signo construída por meio dessas disputas, entende-se que o corpo-texto é anunciado-lido antes mesmo de a boca falar, o que implica asseverar que os sujeitos-corpos estariam atravessados por signos disponíveis na sociedade, por preceitos para a interpretação dos signos, bem como por dimensões políticas, mas também subjetivas (SCOTT, 1995).

Segundo Tania Navarro Swain (2008), tanto o signo quanto a representação social sobre o corpo podem ser descritos como uma elaboração, um produto, uma manufatura social. Essa característica remete à negação de qualquer tipo de essência natural, propondo a noção de convenção em seu lugar. Assim, desvelar os sentidos que habitam os corpos significa desnaturalizar os mecanismos históricos, materiais e simbólicos que modelam as relações interpessoais e constroem as realidades.

Por sua vez, Cristine Gorski Severo (2015) aponta que o corpo é o elemento material sobre o qual se engajam discursos que engendram, racializam e localizam os sujeitos em diferentes inscrições identitárias, o que nos leva a questionar: que possibilidades se apresentam para cada um

de nós a partir do corpo que temos? Nogueira (1999) ensina que buscar interpretar os sentidos sociais inscritos no texto corpóreo possibilita compreender o funcionamento de nossa sociedade, bem como a ordenação dos corpos imposta, tendo em vista que ela privilegia determinados atributos, sejam eles morais, intelectuais ou físicos de modo que, em função da aparência, os sujeitos podem ser classificados como interlocutores sobre os quais é possível realizar movimentos conversacionais específicos, aplicar determinados procedimentos de tomada de turno ou provocar bloqueios na atividade da conversação, a partir da avaliação que se faz – consciente ou inconsciente – sobre o outro.

O corpo observado, descrito e classificado é o lócus das experiências pessoais, mas também sociais. Apesar disso, a invisibilização desse corpo tem ignorado outras experiências linguístico-corpóreas não centradas no sujeito moderno. É por esse motivo que busco, enquanto linguista-feminista, colocar em questão o exercício de apagamento sofrido por existências outras que não se circunscrevem nas bases das experiências continuamente proclamadas como naturais, universais e, portanto, modelos a serem seguidos teórica-metodológica-analiticamente.

Para exemplificar como operam diferentes regimes semióticos que constroem discursivamente os corpos, apresento brevemente, a seguir, dois casos específicos: 1) o corpo-negro e 2) o corpo-mulher.

Segundo Sales Júnior (2006), em uma sociedade como a brasileira organizada por um regime semiótico pautado na dominação racial, o corpo é especialmente visto a partir da cor da pele, a qual “ocupa o lugar do significante central que conecta, organiza e totaliza todos os demais elementos” (SALES JÚNIOR, 2006, p. 232). Nesse contexto sócio-histórico, o termo “negro”<sup>9</sup> reduz um “todo” amplo a uma “parte do corpo”, de modo a apagar os rasgos de subjetividade, dinamicidade e criatividade do sujeito para atribuir ao processo de legibilidade corporal homogeneidade, fixidez, automatismo e passividade ao sujeito reduzido a um traço fenotípico. Tal processo de reificação torna o corpo objeto de uma leitura que subtrai da

---

<sup>9</sup> Neste momento, não estamos tratando ainda do uso ressignificado, político e estratégico que os diferentes movimentos sociais atribuíram ao vocábulo, especialmente, a partir dos anos 1960 e 1970, para a construção de táticas e políticas de resistência contra o racismo centrado na cor (BRAH, 2006).

pessoa autonomia para a construção de sua própria narrativa, passando a ser objeto de descrição e classificação dos outros:

Nessa forma de relações raciais, trata-se da estigmatização como microtécnica política do corpo, (re)produzindo, distribuindo e consumindo suas marcas, odores, cores, texturas, gostos, fluxos, gestos, gozos etc. Dessa forma é que se opõem, como “raças”, dois organismos, “branco” e “negro”, como acessos diferentes dos indivíduos aos seus “próprios” corpos e, a partir daí, aos demais bens sociais. (SALES JÚNIOR, 2006, p. 232)

Por sua vez, Nogueira (2011, p. 11) afirma que o “ser negro” corresponde a uma categoria incluída em um código social que se expressa dentro de um campo etnossemântico no qual o significante “cor negra” encerra vários significados. O conjunto desses significados corresponde às representações disponíveis na sociedade, que continuamente buscam fixar a lógica das experiências e dos comportamentos dos sujeitos, mesmo que de modo inconsciente. Conforme Sales Júnior (2006), nesse caso, a pele-corpo, enquanto significante, passa a ser compreendida a partir da relação binária, frequentemente hierárquica, com um par mínimo que se estabelece enquanto seu oposto: branco/não branco. Tal regime semiótico situa o corpo do último termo dessa oposição como lócus da subordinação. Assim se forma um processo de discursivização em torno do corpo responsável por atribuir sentidos negativos a determinadas marcas corporais de modo a essencializar os sujeitos e estigmatizá-los:

O estigma é uma demarcação corporal de uma relação social de desigualdade, resultante de uma reificação dos processos de dominação/hierarquização. A estigmatização é uma máquina expressiva provida de uma força ilocutória e que, conforme regras ou convenções sociais, determina atos de linguagem. (SALES JÚNIOR, 2006, p. 233)

Para Viviane B. Fernandes e Maria Cecília C. C. Souza (2016), as representações sobre os grupos étnicos no Brasil foram engendradas a partir de uma perspectiva eurocentrada que estabeleceu as formas e os sentidos da “normalidade” humana. Essa relação de poder instituiu não somente um conjunto de características tomado como padrão, mas também, conseqüentemente, uma gama de traços que se estabeleceram em oposição a aqueles dados como desviantes (a cor, o cabelo, o nariz, os lábios etc.).

A abjeção social decorre da criação de “marcadores sociais” que, formulados a partir de teorias biológicas errôneas, fazem das marcas corporais elementos através dos quais se pode homogeneizar os sujeitos e naturalizar identidades. A reificação de que era objeto o africano escravizado e seus descendentes foi metamorfoseada, no fim do século XIX e início do XX, em teorias racistas que tiveram por base aquilo que na época era considerado biologia científica. A ideia de raça dos sujeitos passou a ser deduzida por meio dessas marcas corporais, dedução que resultou na essencialização das identidades. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 105)

Tal como outros pesquisadores, Fernandes e Souza (2016) também destacam como a cor da pele é utilizada como principal elemento do processo de estigmatização em um regime semiótico racista que tenta fixar, no imaginário coletivo, significados negativos a determinados atributos físicos de alguns grupos étnico-raciais.

De maneira semelhante à raça, o gênero<sup>10</sup> se constitui como uma marca social e discursiva da diferença, implicando distintas condições sócio-históricas de existência, segundo Avtar Brah (2006).

Os sistemas semióticos, construídos em contextos específicos e momentos históricos variados, são responsáveis por elaborar as noções (sociais, históricas e situadas) sobre o que é ser “mulher”. Esses sistemas encontraram no corpo (discursivamente produzido, reiteradamente prescrito e lido enquanto elemento do domínio natural) o lócus para a sua produção narrativa sobre as diferenças. Acontece que, numa sociedade binária como a nossa, esse regime semiótico em torno do corpo-mulher surge relacionalmente com as noções circunscritas ao corpo-homem, instituindo-se a partir de uma lógica que antagoniza os termos e estabelece o segundo elemento como hierarquicamente superior ao primeiro. Assim, amiúde, antes mesmo de a boca falar, ao corpo-falado, ou seja, semiotizado, atribuem-se valores como, por exemplo, submissão, fragilidade, passividade, emocionalidade ou, em outros casos, dominação, força, racionalidade – representações simbólicas arbitrárias, relacionadas a marcas corporais, portanto, passíveis de questionamento e transformação. Tal sistema

---

<sup>10</sup> Algumas estudiosas (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995) indicam que, para superar o determinismo de uma natureza apriorística ao qual os corpos estão circunscritos, é preciso questionar a dimensão interpretativa da própria natureza e não somente da cultura.

de representações contribui para justificar desigualdades como o não investimento na escolarização/qualificação de mulheres, a assimetria de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, as diferenças salariais baseadas em gênero, as agressões, violações, mutilações, os feminicídios e o frequente desprestígio do que está relacionado ao ser mulher.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. (BRAH, 2006, p. 341)

O gênero, enquanto categoria de análise, corresponde ao discurso da diferença, utilizado para decodificar os sentidos e interpretar as múltiplas interações entre os seres humanos (SCOTT, 1995). Apesar de os estudos feministas terem como foco investigativo as mulheres e seus percursos históricos, o gênero não é uma exclusividade para a análise desse grupo heterogêneo, mas pode ser utilizado para contestar a naturalidade dos atributos relacionados a outros sujeitos, uma vez que se ocupa da desnaturalização de uma série de predicados atribuídos aos diferentes corpos humanos unicamente com base em uma suposta diferença biológica. Para Haraway (1995), a noção construcionista que envolve o gênero não deve ser entendida de modo determinista, mas como uma possibilidade de questionar e transformar sistemas históricos, que constituem as relações de poder e posicionam os sujeitos. Por esse motivo, apesar de determinados corpos ocuparem posições privilegiadas dentro de determinadas estruturas de poder que estabelecem políticas e divisões sociais, é preciso olhar com reserva a personificação automática desses sistemas nos corpos dos grupos sociais dominantes.

Diante da breve análise apresentada sobre o corpo falado, ou melhor, sobre os processos de semiotização em torno do corpo, uma pergunta permanece: Como complexificar a relação entre linguagem e corpo de modo a ampliar o olhar sobre a realidade discursivizada e corporificada?

#### 4 Do “corpo falado” à “fala corporificada”

Até aqui chega-se à seguinte proposição: “trajetórias textuais e situações comunicativas estão sempre articuladas com trajetórias corporais e corpos situados” (PINTO, 2015, p. 217). Nesse sentido, considerar que todo ato de fala é também um ato corporal (PINTO, 2014, 2015) amplia as possibilidades analíticas quanto aos processos de subjetivação mediados pela linguagem, especialmente evidenciado nos estudos centrados sobre as relações entre linguagem e identidade (BONFIM, 2016), com foco em raça, gênero, sexualidade, situação de refúgio etc. Por esse motivo, conforme Pinto (2015), na busca por elucidar os lugares sociais projetados aos sujeitos liguageiros, é preciso revelar o corpo, bem como as articulações tomadas como naturais de traços corporais e de diferenciação linguística na produção de sentidos construídos nas práticas sociointeracionais. Isso significa retirar a língua do isolamento social ao qual foi reiteradamente posta por opções teórico-metodológicas que mantêm relação com a modernidade/colonialidade. Assim, é necessário redimensionar a noção de experiências sociointeracionais mediadas pela língua, reintegrando-se, para isso, variável sistematicamente ocultada por práticas investigativas que se esforçam por descorporificar os projetos científicos no âmbito da linguagem (FABRÍCIO, 2017; KUMARAVADIVELU, 2006; MOITA LOPES, 2006), mesmo que tais corpos detenham “papel central na construção e classificação das línguas nos contextos coloniais” (PINTO, 2015, p. 202).

Nesse sentido, a produção de estudos no âmbito da linguagem, compromissados socialmente com uma ética **não** modernista, passa pelo reconhecimento de um projeto político para a Linguística Aplicada que não deve se furtar da possibilidade de construção de um diálogo de orientação crítico-reflexiva (FABRÍCIO, 2006), que pode incluir, na sua base teórica, perspectivas<sup>11</sup> que ampliem a discussão sobre linguagem, para redescrever os modos de investigação científica dominantes no mundo ocidental, deslocando o foco de sua lente para as existências situadas nos extremos. Esse posicionamento impulsiona a natureza heterogênea da Linguística Aplicada, que se alimenta de teorias, conceitos, construtos de outros campos do saber para a produção de conhecimento legítimo e válido.

---

<sup>11</sup> Alguns caminhos teóricos para o alargamento da Linguística Aplicada estão presentes, por exemplo, no espectro dos feminismos negro, indígena, latino-americano, decolonial etc.

Além de constituir-se enquanto campo fértil para a renovação do já viciado modo de pensar as práticas sociais de linguagem, a opção por integrar perspectivas suprimidas pelas grandes narrativas históricas se delinea como fazer orientado ideologicamente, enquanto agenda político-científica (FABRÍCIO, 2006). Portanto, parto da noção de que a objetividade, por ser corporificada e localizada, é também parcial. Somente a parcialidade crítica, que compreenda o conhecimento como situado e restrito, pode incumbir-se de responsabilidade pela forma como se decodifica e traduz o mundo, visando a uma racionalidade posicionada (HARAWAY, 1995). Assim, considerar o gênero e outros marcadores sociais da diferença não significa fazer uma ciência enviesada (ou como quiserem denominar), mas justamente o contrário. A objetividade requer que categorias como gênero, raça, sexualidade, classe etc., orientadoras das hierarquias sociais, sejam admitidas em sua existência já que a tradição científica ocidentalista hegemônica, ideologicamente muito bem marcada, as ignorou enquanto criava novos dogmas, os quais se estabeleciam com processos colonizadores para a composição de um quadro de conhecimentos sobre o mundo. Insistir na natureza corpórea de qualquer perspectiva científica é estratégia para recuperar o corpo ou os corpos, seja do próprio ser que observa, descreve e classifica quanto dos seres observados, descritos e classificados (HARAWAY, 1995).

Segundo Maria José Magliano (2015), ainda que não tenha sido a primeira a questionar a exclusão e a sub-representação ou distorção do discurso feminista no interior do movimento, o qual por um longo período se fundou sobre uma noção de mulher universal<sup>12</sup> que apagava as vivências de uma gama de outras mulheres, foi no final da década de 1980 que a jurista Kimberlé Crenshaw (1991) propôs o termo interseccionalidade, como alternativa teórico-metodológica, para pensar os processos de produção e reprodução das desigualdades nas dinâmicas de interação entre raça e gênero que conformam as experiências vividas por mulheres racializadas.

De acordo com Adriana Piscitelli (2008), ao refutar a alternativa por modelos teóricos totalizantes, a noção de interação entre as múltiplas formas de subordinação da vida 1) desloca a centralidade de uma única categoria; 2) afirma a coexistência de diferentes enfoques para as questões

---

<sup>12</sup> Este modelo de mulher faz par com o ideal de “sujeito universal”, caracterizando-se por ser branca-burguesa-cristã-heterossexual-cisgênero.



das desigualdades e 3) complexifica as propostas de interpretação dos fenômenos sociais. Além de Crenshaw (1991), os trabalhos de Patricia Hill Collins (1993) também contribuíram para questionar raça e gênero enquanto produtos históricos que constituem não apenas as identidades individuais, mas também os modos de estruturação social (MAGLIANO, 2015).

Crenshaw (1991) convida-nos a pensar a partir da metáfora do encontro das avenidas em um plano urbano, por exemplo, no qual cada uma das vias representaria um dos vários eixos de diferenciação, como: raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência e outros. À medida que o pedestre caminha pelas avenidas é que se manifestam as desvantagens e o desempoderamento dos sujeitos, que atinge seu grau máximo de opressão e carga de sofrimento no ponto em que as avenidas, ou melhor, os sistemas discriminatórios e de poder se cruzam. Exemplificando a metáfora, isso significa dizer que mulheres racializadas, com frequência, estão expostas ao racismo, ao sexismo, ao classismo ou à xenofobia que se acumulam e se materializam em vulnerabilidades e sofrimentos.

O reconhecimento de múltiplos eixos de diferenciação, mobilizados também como matrizes hierarquizantes, implica o deslocamento da noção de coletividades homogêneas, o que, em outras palavras, significaria a fuga de uma abordagem unitária e essencialista, a qual considera apenas uma categoria (gênero, raça, classe) para a construção da análise, negligenciando dessa forma a heterogeneidade intragrupo, bem como as distintas posicionalidades móveis assumidas pelos sujeitos em função dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; SARDENBERG, 2015). Isso significa dizer, por exemplo, que não é possível operar com o coletivo “mulher” como grupo uniforme tomado como excluído, cerceado ou impedido *a priori* em qualquer relação sociointeracional (COLLINS, 1993); mas significa que é preciso verificar o alinhamento dos eixos de força, contexto, bem como situação factual em que as interações comunicativas acontecem. Isso quer dizer, por exemplo, que nem sempre um diálogo entre uma mulher e um homem estará enquadrado por uma relação hierárquica pautada sobretudo nas relações de gênero, mas podem assumir enquadres específicos, por exemplo, caso a mulher seja branca, o homem negro e entre eles haja uma relação contratual de trabalho, em que a primeira é a contratante e o segundo representa a força de trabalho. Apesar de essa hipótese trazer a relação trabalhista como outro elemento para ser considerado numa análise investigativa, isso não quer dizer que a

questão de classe se sobreponha a outras categorias analíticas, mas que é preciso buscar compreender como as desigualdades se interconectam e se articulam (BRAH, 2006) em específicos contextos. Por isso, a importância de se abordar os coletivos no plural, como por exemplo falar em “mulheres” – assumindo morfossemanticamente a pluralidade dessa categoria não unitária, mas diversa em suas identidades étnico-raciais, sexuais, religiosas, linguísticas etc.

Por outro lado, o enfoque interseccional vai além da abordagem das múltiplas discriminações que, por se restringir ao reconhecimento independente, estático e essencialista das categorias da diferença, ignora as experiências concretas que resultam do entrecruzamento dos sistemas de opressões ou de privilégios. Conforme Brah (2006, p. 351), “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

Para além do mero consumo de teorias produzidas a partir das experiências constituídas no lado mais rico acima da Linha do Equador, Magliano (2015) aponta como a realidade social brasileira tem orientado os estudos sobre o impacto das imbricações entre os sistemas de opressão levando à seguinte pergunta: De que modo gênero e raça se relacionam com a matriz colonial de poder nos processos de desempoderamento dos sujeitos? Sobre isso, a autora destaca que:

O ponto central desses referenciais teóricos tem sido a localização geopolítica e corpo-política do sujeito que fala / enuncia nas coordenadas do poder global. Neste local, gênero, etnia, raça, sexualidade e classe social são componentes-chave da epistemologia e da produção de conhecimento. (MAGLIANO, 2015, p. 696, tradução nossa)

Para nós, pesquisadoras da Linguagem, a discussão sobre interseccionalidade exige-nos a compreensão de que as experiências linguísticas não são meramente determinadas por categorias dadas ou passíveis de universalização; mas, pelo contrário, são sim situadas e dinâmicas, ou seja, não pressupõem a subordinação fixa a fenômenos sociais ou graus de intensidade de exclusão/privilégio, isso dependerá, de acordo com Cecilia M. B. Sardenberg (2015, p. 81), das “múltiplas posicionalidades que constituem a vida cotidiana e as relações de poder que as demarcam”. Assim, para evitar essencialismos ou determinismos, é preciso 1) considerar

as categorias analíticas a partir do grupo social investigado; 2) situar o contexto estudado, sem negligenciar os efeitos da opção por uma abordagem mais individualista ou coletivista; e 3) compreender o marco temporal e espacial concreto no qual se remetem as experiências linguísticas (BLOMMAERT, 2008; HANKS, 2008).

Assumir a dinamicidade da vida e o poder de agência dos sujeitos linguageiros não significa descartar a realidade material das experiências dos múltiplos corpos (constituída por dimensão social, cultural, política e histórica) no tratamento dos Estudos da Linguagem, muito pelo contrário. Reforçando a crítica a um regime epistemológico dominante, o qual promove epistemicídios e aniquila corpos das produções científica, práticas pedagógicas e políticas linguísticas, Pinto (2015) e Pinto e Amaral(2016) sugere que, com uma articulação entre determinada concepção de linguagem e de subjetivação, o uso das diversas categorias analíticas pode contribuir para evitar universalismos e classificações estáveis sobre os corpos, sem suprimir as múltiplas marcas de diferenças sociais, bem como suas consequências materiais e sociais.

Dessa forma, por partir de uma objetividade posicionada, compreendendo que para se alcançar alternativas para a vida real é preciso politizar o ato de pesquisa, é que trago a noção de interseccionalidade para pensar “as novas descrições para o sujeito social em sua heterogeneidade” a partir de uma teoria que auxilie a “problematizar as imbricações de poder, diferença e desigualdade” (MOITA LOPES, 2006, p. 25), tendo em vista que tal abordagem visa a problematizar as análises sobre os fatores de discriminação, de modo a não privilegiar uma única variável e superar a ideia de sobreposição das opressões, ao buscar investigar as articulações entre os diferentes marcadores sociais da diferença e as desigualdades.

## **5 Considerações finais**

Se o problema de pesquisa é sempre um problema de alguém (HARAWAY, 1995; BRAH, 2006), reforço que o exame da interação situada exige mudanças epistêmicas para dar conta de experiências existenciais excluídas das tradicionais descrições sobre a língua, o sujeito da linguagem e os diferentes contextos. A metacrítica científica é um dever do linguista aplicado (MOITA LOPES, 2011) que busca revisar os sofisticados processos de apagamento dos corpos que ocultam, no exercício da produção

científica, as desvantagens que tensionam condições concretas das práticas comunicativas dos distintos sujeitos.

Nesse sentido, uma perspectiva interseccional se apresenta como uma alternativa investigativa para as desigualdades múltiplas que de algum modo se relacionam com a tríade linguagem-corpo-diferença. Essa ferramenta pode ser útil para a compreensão do “sujeito interseccional” (MAGLIANO, 2015), visando à superação de um olhar monocategorial, ampliando o espectro de identificação de dinâmicas de poder que se instituem por meio da linguagem. Esse posicionamento receptivo e solidário diante da diversidade das experiências humanas não deve ser tomado como uma fórmula para a assunção de “verdades” na atividade científica, mas como exercício de compreensão sobre os processos de atribuição de sentidos, que incluem práticas simbólicas, narrativas e condições materiais de vida que posicionam e constituem os sujeitos (BRAH, 2006), bem como os circunscrevem em possibilidades comunicativas linguística.

A partir de uma perspectiva interseccional, é possível ampliar a discussão sobre temáticas em torno dos direitos linguísticos, do planejamento, do processo de ensino e de aprendizagem e das políticas linguísticas, tais como as relativas a grupos minoritários inscritos em categorias sociais da diferença (pessoas surdas, indígenas, refugiadas etc.); questões linguísticas situadas nas realidades de países marcados pelo imperialismo, pela colonialidade, pelo racismo, pelo sexismo e outras desigualdades sociais; ou mesmo às condições de ensino e de formação continuada de grande parte da força de trabalho na educação brasileira, realizada especialmente por mulheres.

Mais do que respostas, finalizo este artigo com a compreensão de que há muito trabalho para o campo da Linguística Aplicada que se compreende sensível e crítica às questões do mundo contemporâneo. Para esse campo, ainda restam perguntas a serem desenvolvidas em uma outra oportunidade, tais como: De que maneira outros sistemas semióticos podem implicar questões relativas ao campo linguístico? Quais os desdobramentos das violências epistêmicas de apagamento dos múltiplos corpos, vivências e saberes sobre a produção no campo dos Estudos da Linguagem? E, por fim, o que poderia deter o investimento da Linguística Aplicada sobre toda essa discussão?

## Agradecimentos

Ao Prof. Rodrigo Albuquerque pela leitura crítica da primeira versão do texto.

## Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras em ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHITIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BANCHS, M. A. Leitura epistemológica da teoria das representações sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (org.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. p. 225-258.
- BEZERRA, R. G.; LUNA, T. S. Concepções de linguagem: uma análise preliminar do discurso docente e das práticas em sala de aula. *Encontros de Vista*, Recife, v. 16, n. 1, p. 31-50, 2016.
- BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SINORINI, I. (org.). *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 91-115.
- BONFIM, M. Linguagem e identidade: o lugar do corpo nas práticas identitárias raciais. *Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 11-22, 2016.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Disponível em: <http://bit.ly/2F9af0o>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, P. H. Toward a new vision: race, class and gender as categories of analysis and connection. *Race, Sex and Class*, New Orleans, v. 1, n. 1, p. 35-45, 1993.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1297, 1991. Doi: <https://doi.org/10.2307/1229039>
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-63.

- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma Indisciplinaridade radical. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711426>.
- FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 63, p. 103-120, 2016. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>
- GOFFMAN, E. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 11-15. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000200009>
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2ZncHYM>. Acesso em: 29 jan. 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>
- HANKS, W. F. O que é contexto? In: HANKS, W. (ed.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-203.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Correa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 691-712, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p691>
- MARCONDES, D. *Texto básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MOITA LOPES, L. P. Contextos institucionais em linguística aplicada: novos rumos. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 5, p. 3-14, 1996.
- MOITA LOPES, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (org.). *Linguística aplicada: um caminho de diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.
- NOGUEIRA, I. B. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 13, n. 135, p. 40-45, 1999.
- NOGUEIRA, I. B. O corpo negro: sentidos e significados. *Nguzu*, Londrina, ano 1, n. 1, p. 10-13, 2011.
- PINTO, J. O lugar do corpo nas práticas identitárias linguísticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ENFOQUES FEMINISTAS E O SÉCULO XXI: FEMINISMO E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA, 1., 2005, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Ufba, 2005. 1 CD-ROM. p.1-15.
- PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>
- PINTO, J. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 33, p. 117-138, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200005>
- PINTO, J. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 207-230.
- PINTO, J. De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* às análises situadas e críticas na linguística aplicada. *Delta*, São Paulo, v. 31, p. 199-221, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-445000598096269281>
- PINTO, J.; AMARAL, D. Corpos em trânsito e trajetórias textuais. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 40, p. 151-164, 2016. Doi: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i40.1024>
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Doi: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 149-166.
- SALES JÚNIOR, R. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. Doi: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p56>

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEVERO, C. G. Sobre o significado identitário na Sociolinguística: a construção do gênero. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher Open Access, 2015. p. 75-90. v. 1. Doi: <https://doi.org/10.5151/9788580391213-0002>

SWAIN, T. N. Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação. In: STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. (org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 1-23. Disponível em: <http://bit.ly/2wWxV3G>. Acesso em: 25 set. 2018.

TAVARES, M. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 532pp. *Revista Lusófona de Educação*, Coimbra, v. 13, n. 13, p. 183-189, 2009.

Data de submissão: 29/01/2019. Data de aprovação: 12/06/2019.